

Do rural ao urbano no Sertão Carioca: a transição de Campo Grande e suas adjacências no pós Segunda Guerra

From Rural to Urban in the Sertão Carioca: The Transition of Campo Grande and its Surroundings after the Second World War

Daniel Marcos Martins*

<https://orcid.org/0000-0002-7860-7780>

Resumo

O Sertão Carioca, no Rio de Janeiro, foi um espaço abrangente, marcado por diversas dinâmicas de interação social, política e econômica entre o rural e o urbano. O crescimento urbano tornou-se mais evidente no Sertão Carioca a partir da crise da laranja, que afetou as plantações e levou ao loteamento (loteamento proletário) das terras para a criação de bairros, alterando profundamente as dinâmicas sociais e econômicas da região de Campo Grande. O valor agregado à terra, a especulação imobiliária e a crescente organização do mercado pelo capitalismo influenciaram as formas de uso do espaço. Este artigo tem como objetivo demonstrar como as práticas econômicas transformaram a região de Campo Grande no Rio de Janeiro levando ao loteamento das terras para a construção de moradias.

Palavras chaves: Sertão Carioca; Campo Grande; propriedade de terra; história rural; conflitos de terra

Abstract

The “Sertão Carioca”, in Rio de Janeiro, was a broad territory shaped by various dynamics of social, political, and economic interaction between rural and urban spaces. Urban growth became more pronounced in the Sertão Carioca following the orange crisis, which affected plantations and led to the subdivision of land (proletarian subdivisions) for the creation of neighborhoods, profoundly altering the social and economic dynamics of the Campo Grande region. The increased value of land, real estate speculation, and the growing structuring of the market by capitalism influenced how space was used. This article aims to demonstrate how economic practices transformed

* Doutorando em História Política, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: danielmmartinscontatos@gmail.com



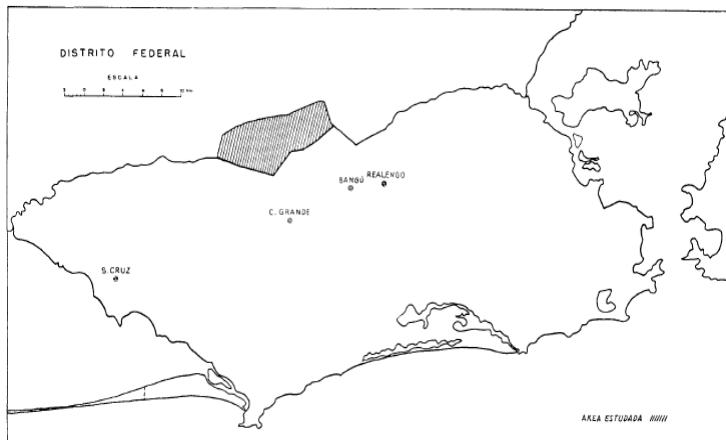
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

the Campo Grande region in Rio de Janeiro, leading to the subdivision of land for housing development.

Keywords: Sertão Carioca; Campo Grande; Land ownership; Rural history; Land conflicts

Após a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá, em 1565, começaram os avanços para as terras do oeste no Sertão Carioca. As novas terras foram chamadas de “terras do Campo Grande” que seriam doadas como sesmarias. No século XVII o capitão Manoel de Barcellos Domingues passou a morar na região e casou-se com Catharina Silva, filha de Antônio Vaz Viçoso, um grande proprietário de terras na região. Antônio veio a falecer em 1654, fazendo com que parte da propriedade fosse doada a seu genro Manoel de Barcellos Domingues. Manoel também possuia suas propriedades e nelas construiu uma fazenda onde ergueu a Capela de Nossa Senhora do Desterro, a Igreja Matriz da freguesia de Campo Grande. Essa capela teria sido construída nas terras onde hoje situa-se o bairro de Bangu, posteriormente foi transferida em 1808 para onde hoje encontra-se o bairro de Campo Grande¹.

Localização de Campo Grande no oeste carioca²



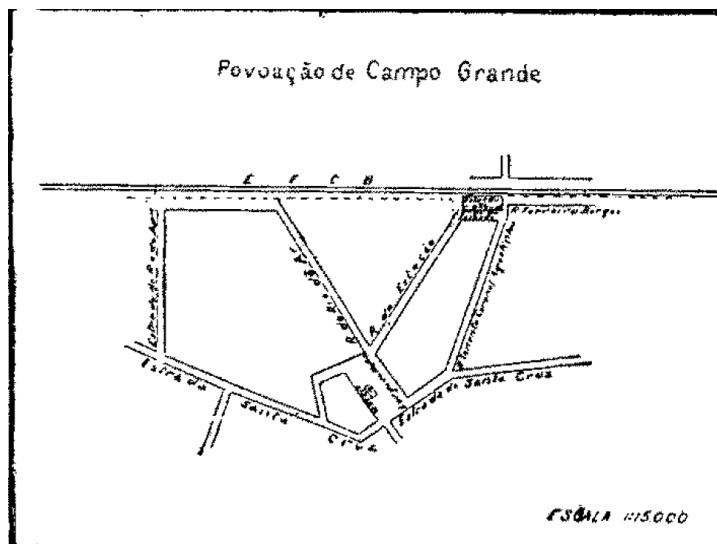
¹ SILVA, Paulo Vitor Braga da. *Fazenda Bangu: a joia do sertão carioca*. Benevenuto Rovere Neto. Rio de Janeiro, Rj: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 2020.

² SILVA, Hilda da. *Uma Zona Agrícola do Distrito Federal - O Mendenha*. In: REVISTA Brasileira de Geografia. Ano XX, N^o4, Outubro-Dezembro de 1958. p. 429-462.

Em 1757 formou-se a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande que acabaria perdendo seus prefixos religiosos em 1873 quando seria estabelecida como 18^a Região Administrativa. Com o tempo seria desmembrada em outros sub bairros que correspondem hoje a região de Deodoro, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Senador Camará, Santíssimo, Inhoába e Cosmos. O centro urbano da antiga freguesia permaneceria sendo o centro do bairro de Campo Grande no século XX e XXI³. O Sertão Carioca era predominantemente rural, distante da centralidade urbana do Rio de Janeiro e caracterizado por pequenas áreas urbanas formadas em torno das capelas, fazendas e terras devolutas. Campo Grande era um centro urbano promissor que mais tarde atenderia as necessidades da população rural a sua volta.

O recorte abaixo mostra quais eram as principais ruas do centro de Campo Grande em 1906 e destaca a parte sul da linha férrea como o principal centro urbano. É possível observar também a Estrada de Santa Cruz que passava no centro urbano de Campo Grande. Essa era a mesma estrada utilizada pela família real no passado para chegar à Santa Cruz.

Centro de Campo Grande segundo o recenseamento de 1906⁴.



³ FROÉS, José Nazareth de Souza; GELABERT, Odaléa Ranauro Enseñat. *Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003.

⁴ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brasil (Distrito Federal); realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: IBGE, 1907.

Os jesuítas tiveram muitas propriedades de terra no Rio de Janeiro e obedeciam a economia colonial com a produção açucareira e criação de gado. Esses religiosos também construíram moradias e acumulavam terras por herança ou compra⁵. Em 1759 os jesuítas foram expulsos e iniciou-se uma reforma estrutural promovida por Marquês de Pombal. Devido às mudanças, como a pavimentação de ruas e alargamento de caminhos, o comércio local começou a crescer, assim como sua população e impulsionou a construção da Estrada Real de Santa Cruz, mas com a abdicação de Dom Pedro I a região entrou em declínio devido ao desinteresse de Pedro de Alcântara, seu sucessor⁶.

Caracterizando-se como área rural e local onde proliferavam fazendas, chácaras e sítios, a atual zona suburbana do Rio passou a ser cobiçada como fronteira da expansão urbana. A partir de 1860, e num período que se estenderá até 1930, a planície suburbana pontilar-se-á de novos bairros, que vão surgindo, primeiramente ao longo dos eixos das estradas de ferro, seja a Central do Brasil, seja a Linha auxiliar, a Leopoldina ou a Rio D’Ouro. Em diferentes momentos, e como se fosse vagas de uma onda, a mancha urbana foi se alastrando pelos subúrbios, modificando drasticamente a paisagem, através da redefinição do uso do solo que se baseou, fundamentalmente, na divisão das propriedades rurais em glebas ou lotes urbanos⁷.

Campo Grande sempre exerceu centralidade no oeste carioca. Na década de 1970 era considerado um centro de segunda categoria, subequipado, com acesso a bens e serviços de qualidade inferior, sem complexidade e de baixa intensidade. Mas dominava como principal centralidade no lado oeste ao longo da linha do trem. Compreende-se que “Cada centro funcional vai exercer uma influência direta sobre uma área mais estreitamente a ele vinculada, influência esta que torna-se mais atenuada em áreas dele mais afastadas ou em áreas não ligadas a ele diretamente por transporte intra-urbano”⁸. A centralidade depende da densidade funcional da cidade, em outras palavras, a importância

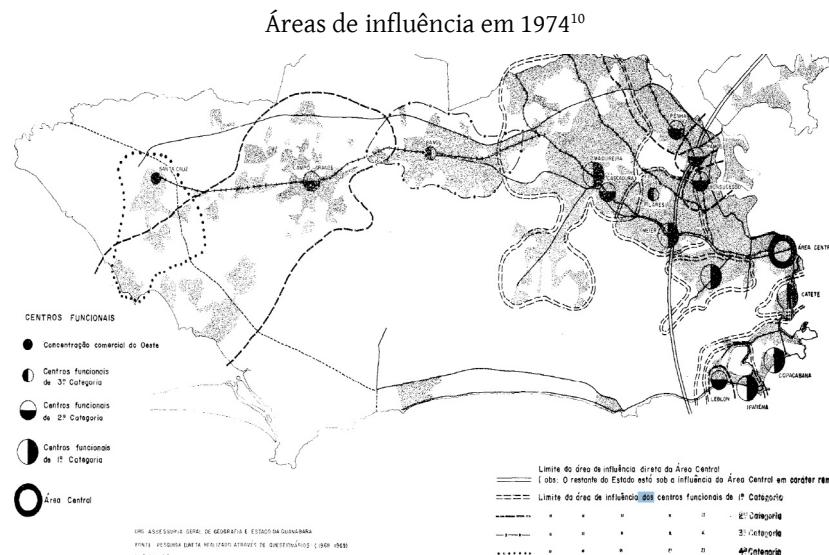
⁵ FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond. 1999. p. 235.

⁶ MOTA, Maria Sarita; PEIXOTO, Fabio Costa. *O continuum rural-urbano: na formação da zona oeste do município do Rio de Janeiro*. IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo. 2006, p. 8; WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Deus abençoe esta bagunça: imigrantes italianos na cidade do Rio de Janeiro*. Niterói, Rj: Comunitá, 2009, p. 154.

⁷ ATLAS FUNDIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. *Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos SEAF, Instituto de Terras e Cartografia*. Rio de Janeiro, 1991, p. 51.

⁸ DUARTE, Haidine da Silva Barros. *A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciários. Os centros funcionais*. In: REVISTA Brasileira de Geografia. Ano 36, Nº1, Janeiro-março de 1974. p. 53- 98. p.88).

e centralidade depende do quanto um centro urbano é funcional ao atender o seu entorno com serviços. Conforme cresce o grau de importância de um centro urbano, esse passa a exercer poder sobre territórios à sua volta⁹.



Como demonstrado no mapa acima, Campo Grande exercia o maior raio de ação no lado oeste, captando cerca de 50% da população de bairros próximos como Cosmos, Santíssimo e Pedra de Guaratiba. Sua influência chegava a atingir Santa Cruz e cerca de 25,1% do bairro de Sepetiba e era o único centro funcional de segunda categoria do Sertão Carioca, fazendo com que concentrasse o interesse da maior parte da população a sua volta, inclusive de moradores dos centros urbanos de terceira categoria (Bangu) e concentrações comerciais (Santa Cruz)¹¹.

O Sertão Carioca

O termo “sertão” tem origem em seu aumentativo “desertão” e era associado a locais distantes, verdadeiros “desertos” de baixa densidade populacional e também faziam referência a ideia de “abandono” ou mesmo de

⁹ SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 273.

¹⁰ DUARTE, op. cit.

¹¹ Ibidem, p. 93.

áreas rurais negligenciadas pelo Estado¹². Era comum vermos o uso do termo “subúrbio” na década de 1920 ao descreverem as áreas rurais da cidade incluindo Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba. Em todos os casos citados, fosse utilizando o termo sertão ou subúrbio, os problemas eram mencionados e frisava-se o abandono e problemas de saúde ligados à localidade¹³.

Mesmo com a construção da Estrada Real a região ainda era pouco habitada, permanecendo seu caráter rural. A palavra sertão também fazia referência às áreas não cultivadas, territórios ainda não “desbravados”, lugares que eram conhecidos como o verdadeiro “fim do mundo”¹⁴. A ideia de “não cultivadas” equivalia, na mentalidade da época, a verdadeiros desertos. No decorrer do século XX o termo deixou de ser usado, sendo dividido em zonas, chamado assim de Zona Oeste e fazendo com que as referências deixassem de ser baseadas na produtividade rural. O termo “Zona Oeste” reflete a localização quanto às características socioeconômicas¹⁵

O Sertão Carioca também pode ser definido como a antiga zona rural do Distrito Federal (Capital do Brasil até 1960); a partir de 1960 até 1975 seria a “Zona Oeste do Estado da Guanabara”, e depois apenas “Zona Oeste do Grande Rio”¹⁶. Para Cléia Schiavo Weyrauch¹⁷ (2019), o Sertão Carioca é considerado rural desde 1918 juntamente com a chegada das linhas ferroviárias.

Ideologias civilizatórias sempre tiveram como alvo as populações rurais. Os imigrantes europeus se dirigiram para as áreas rurais e foram expostos a doenças transmissíveis. Embora algumas pessoas considerassem que essas doenças chegavam por causa dos imigrantes, esses ainda eram vistos como essenciais para o desenvolvimento no meio rural e a única forma de assegurar a contínua chegada dessa mão de obra estrangeira era promovendo o saneamento das regiões rurais. As camadas dominantes consideraram que

¹² LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

¹³ DÓRIA, Renato de Souza. Memória e história da ocupação e dos conflitos de terra no Sertão Carioca. In: VENANCIOS, Ana Teresa A.; POTENGY, Gisélia Franco (org). *O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira*. 1.ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p.19-58

¹⁴ BARROS, Luitgarde. Sertão. In: *Novo dicionário da Terra*. organização Alan Dutra Cardoso... [et al.] (org.). Editora Proprietas, 2023. p.373-374.

¹⁵ OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. *Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. iluminuras*, Porto Alegre, v.18, n.45, p.325-349, Ago/ dez, 2017.

¹⁶ MENEZES, Dilson de Alvarenga. *Na Assembleia Constituinte*. Volume I da série do Autor “Trabalhos Parlamentares”, Rio de Janeiro: COPIARTE, 1999.

¹⁷ WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Diário de um kibutz*. Brasília -DF: Abaré Editorial, 2019.

seria benéfico que esses imigrantes pudessem ter acesso a terras e acabaram ajudando a desenvolver a reforma sanitária¹⁸.

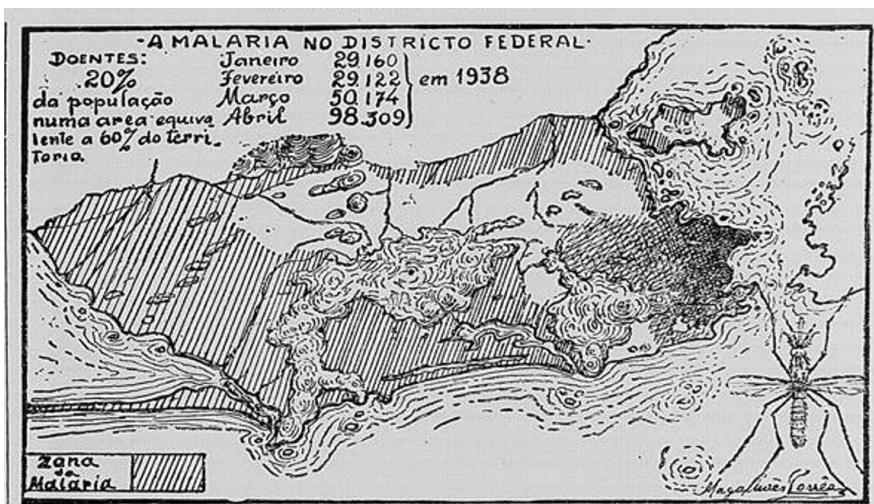
A ideia de insalubridade do meio rural surgiu a partir da tradição médica norte-americana no século XIX que fazia associações entre doença e pobreza ou a de que os doentes sofriam alguma forma de castigo divino. Era comum ver nos debates essa constante relação entre doenças e falha moral. Durante os movimentos sanitaristas no início da República as doenças tornaram-se o símbolo da apatia do trabalhador rural. O sertão aparece como sinônimo de doença ou de uma natureza agressiva, sendo o Brasil um tipo de celeiro de doenças e a hostilidade da natureza era apontada em sua “fauna invisível” representada por microrganismos e pequenos insetos¹⁹. Nesse contexto pode-se compreender que o sertão apresentado foram aqueles grandes sertões do interior do país, mas a concepção é a mesma quando pensamos no sertão das terras cariocas que representava as partes ruralizadas ou inóspitas.

Na imagem abaixo do jornal *Correio da Manhã* descrevia em 1938 os problemas do Sertão Carioca em relação à malária. No mapa da matéria, a parte hachurada identifica a “Zona da Malária” e fala dos problemas existentes na região rural. É possível observar a relação que era feita das zonas mais ruralizadas com as doenças, pois eram consideradas regiões insalubres. No mapa destaca-se que a maior parte do território carioca tinha vinte por cento de sua população doente. Destaca-se também que em 1938 a cada mês o número de doentes dobrava. O mês de março apresentava 50.174 pessoas doentes e o mês seguinte 98.309 mil enfermos.

¹⁸ SANTOS, Luiz Antônio de Castro. *Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica*. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D., orgs. *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 249-294

¹⁹ LIMA, op. cit.

Zona da Malaria²⁰



Nas primeiras décadas do século XX compreendia-se que para “domar” o oeste seria necessário haver obras de saneamento básico. Essa iniciativa deveria ser orientada pelas autoridades e não a partir de iniciativas individuais de desbravamento das terras inóspitas, como muitas vezes aconteceu entre os primeiros posseiros. As regiões deveriam ser preparadas para a chegada de lavradores.

A solução do problema da Baixada e especialmente o do recôncavo da Guanabara justaposto ao Rio de Janeiro, de ocupação imediata, só se tornaria definitiva quando a par de vultosas cifras aplicadas em engenharia hidráulica e sanitária, paralelamente se alinhasssem dados complementares de estudos para um intenso povoamento, com a presença de homens não mais em tarefas individualistas, mas coletivamente orientado por um órgão oficial e fiscalizador das suas atividades e que lhe garantisse um patrimônio arrancado aos lamaçais²¹.

Ainda pode parecer complexo o uso dos três termos (subúrbio, sertão e zona) e quase sempre é difícil definir claramente suas diferenças e semelhanças. O termo subúrbio foi originalmente utilizado para as regiões próximas ao grande centro urbano do centro da cidade que passaram por transformações

²⁰ CORREA, Magalhães. A margem do Sertão Carioca. Estradas e rodagem. *Correio da Manhã*. 18 dez. 1938. Edição 13.632.

²¹ LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2ª edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 276

ainda na década de 1960. Subúrbio poderia ser definido como aqueles bairros que se desenvolveram ao longo da linha férrea de Deodoro até Santa Cruz, que no passado eram as antigas zonas rurais. Esses locais, antes rurais, agora loteados e transformados em espaço urbanos seriam a atual definição de subúrbio²². Logo pode-se refletir que ao falarmos de Sertão Carioca, estaremos sempre falando desse mesmo espaço geográfico, porém, antes dos loteamentos das terras das antigas fazendas. O termo subúrbio foi utilizado em 1890 pelo jornal “O Paiz”, que descrevia Irajá, Inhaúma, Santa Cruz, Jacarepaguá e Campo Grande como “freguesias suburbanas”, áreas rurais que estavam em crescimento agrícola, assoladas por problemas de saúde, como a varíola²³.

A origem do termo “Sertão Carioca” foi cunhada inicialmente por Magalhães Corrêa²⁴ que popularizou a expressão nas colunas do jornal *Correio da Manhã* em 1932 e posteriormente com uma compilação do assunto em um livro publicado em 1936. Magalhães Corrêa descrevia o sertão como um lugar bucólico, com habitações “primitivas” e destacava o ambiente rural, assim como o possível banditismo local²⁵. Corrêa tinha visão romantizada do sertão e sobre sua natureza inóspita. No jornal *Correio da Manhã*, Antônio Leão Velloso²⁶ (1936) reforçava a visão do sertão como selvagem e que seus habitantes eram ignorantes e necessitavam ser civilizados, se possível por missões de “bandeiras” que pudessem adentrar a região.

É possível notar que as identidades rurais foram construídas como oposição às imagens urbanas, dessa forma tudo que era ruralizado, já era visto como incivilizado²⁷. Os sanitaristas da década de 1930 reconheciam o abandono do Sertão Carioca pelo Estado, o que ajudava a fortalecer a imagem precária da região²⁸. Ainda é possível observar que o termo “sertão” empregado por Magalhães Corrêa também criticava a agricultura extrativista e a destruição ambiental da região, por isso sua visão romantizada sobre o ambiente bucólico²⁹. Essa observação de Corrêa também carregava um certo senso de

²² LOPES, Nei. *Dicionário da hinterlândia carioca: antigos “subúrbios” e “zona rural”*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

²³ SUBURBIOS. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 4 jan. 1890. Edição 1915, p.2.

²⁴ CORRÊA, Magalhães. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936.

²⁵ MANSUR, André Luis. *Crônicas Históricas da Zona Oeste Carioca*. 1ª edição. Rio de Janeiro: edição do autor, 2021; PEIXOTO Apud CORRÊA, 1935, p. 238.

²⁶ VELLOSO, Antônio Leão. *Sertão Carioca*. *Correio da Manhã*. 9 dez. 1936. Edição 12908.

²⁷ MOREIRA, Roberto José. *Terra, poder e território*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

²⁸ DÓRIA, op. cit.

²⁹ BAPTISTA, Silvia Regina Nunes. *Sertão carioca: a construção social de um território agroecológico*.

preservação ambiental, não motivado por uma preocupação global, mas sim com a conservação do cenário “puro” e selvagem que admirava.

Parte do Sertão Carioca foi conhecida como uma das principais produtoras de laranja do Brasil no século XX. Entre 1930 e 1964 o Brasil sofreu um surto de urbanização e industrialização, parte dele gerenciado no governo de Getúlio Vargas que foi impulsionado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Essa longa transição da sociedade predominantemente rural para urbana foram mudanças significativas no Sertão Carioca, que passou de grande produtor agrícola para áreas urbanizadas, marcadas pelo constante loteamento das terras e das antigas fazendas. Tais mudanças não foram pacíficas, houve conflitos de terra nas regiões de Campo Grande e Guaratiba, houve grilagem e especulação de terras onde diversas famílias pobres foram expulsas ou mortas. Importante salientar que as mudanças mais drásticas só ocorreram a partir da década de 1940, na década anterior a região estava prosperando bem com sua produção agrícola. Observa-se que a princípio o surto de urbanização não teria aderência em Campo Grande, mas alguns acontecimentos econômicos mudaram os planos da região e suas adjacências.

A industrialização também trouxe as ferrovias que facilitaram a ocupação do que seria conhecido como subúrbio. Em 1937, bairros proletários (da atual Zona Sul) foram transformados em residências das classes mais abastadas, em seguida o saneamento básico chegaria junto à infraestrutura e mobilidade urbana. A Zona Sul se tornaria o reduto da burguesia e profissionais liberais, enquanto as futuras zonas Norte e Oeste seriam parcialmente esquecidas, sendo abastecidas por bondes e pouco ou nenhum saneamento básico³⁰.

Em 1946 foi inaugurada a Avenida Brasil que serviria como um novo meio rodoviário de escoamento de produtos da região. A intenção era aliviar o tráfego das rodovias Rio-São Paulo e Rio-Petrópolis³¹. A avenida também agregou residências, indústrias, sedes atacadistas e foi habitada pela classe média e proletária. As moradias nessa região se assemelham às encontradas na Zona Norte³². Tal rodovia acabou servindo como símbolo de integração

In: OLIVEIRA, Rogério; FERNANDEZ, Annelise (org). *Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2020.

³⁰ PESTANA, Marcos Marques. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados: 1957 -1973*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022, p. 44.

³¹ ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PLANRIO, 1997, p. 104.

³² SOARES, Maria Therezinha Segadas. *Bairros, Bairros Suburbanos e Subcentros*. In: Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 1, N.1, 2011 p. 143-154

das áreas rurais com as urbanas, marcando definitivamente o Sertão Carioca como Zona Oeste. É possível definir que o fim do uso do termo “Sertão Carioca” estaria associado com os loteamentos das terras que finalizaram com a grande produção de laranja e que concomitam com a inauguração da Avenida Brasil.

Durante a Segunda Guerra Mundial, no surto de urbanização e industrialização os empresários se consolidaram com a maior entrada de capital estrangeiro no Brasil, permitindo que a burguesia industrial ganhasse mais destaque no cenário nacional, tornando-se uma grande influenciadora da sociedade. Essa abertura é conquistada na Era Vargas, ganhando mais força com o golpe empresarial militar de 1964 embarcando o país em uma ditadura com mais de duas décadas. O ano do golpe marca um novo período, caracterizado pelo papel da burguesia financeira que deixou de colaborar com o setor industrial para assumir o papel de destaque na economia³³.

A burguesia era bem-vista pela sociedade, quase como se fossem seres biologicamente superiores. Oliveira Vianna³⁴ (1952) demonstrava ainda a crença na ideia de superioridade racial, advinda do Darwinismo Social, fruto do imperialismo do século XIX e XX. Vianna apontava que as qualidades arianas da aristocracia se sobressaiam e que eram qualidades trazidas pelos lusitanos, que eram europeus. O autor exaltava a capacidade dos portugueses de capturar indígenas e de sua superioridade genética. Além de validar a concepção biológica da época, Vianna também valorizava a influência liberal presente nas Cortes de Lisboa. Esse tipo de pensamento levou a uma interpretação de que os mais ricos eram considerados superiores por serem ligados às famílias europeias e os mais pobres considerados bárbaros ou “Índios”.

Na década de 1930 o Rio de Janeiro já estava dividido, sendo o Sertão Carioca um lugar que abrigava majoritariamente as camadas mais pobres e rurais³⁵. Pequenos centros urbanos se expandiram em torno das estações de trem e Campo Grande foi uma importante centralidade do Sertão Carioca que acabava atendendo a região rural das proximidades, especialmente Guaratiba. Essa divisão também foi acompanhada de uma forte política paternalista, que incluiu programas habitacionais, questões de terra e bicas de água.

³³ ABREU, op. cit., p.94.

³⁴ VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 5^a Edição. Primeiro Volume. São Paulo: José Olympio, 1952.

³⁵ ABREU, op. cit.

Crescimento urbano e laranja no pé

Ainda nos finais do século XIX, seguido da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a crise de 1929 tivemos uma baixa na cotação do café³⁶. Enquanto isso no em partes do Sertão carioca no ano de 1915 planejava-se o investimento na citricultura. Na década de 1920 teve início ao ciclo da laranja tendo como maior produtor o município de Nova Iguaçu, atingindo 3,3 milhões de laranjeiras; Campo Grande ficava com a segunda posição, plantando 1,8 milhões de laranjeiras e em terceiro São Gonçalo com 1.532.930 pés de laranja. A monocultura era incentivada para a exportação, o que acabou sustentando o mercado por alguns anos e fazendo com que os fazendeiros dessas regiões obtivessem bastante lucro. pode-se delimitar um enorme “cinturão de laranja” que se estendia de Nova Iguaçu até Campo Grande (interrompido apenas pelo maciço de Gericinó), onde destacavam-se alguns fazendeiros imigrantes de origem portuguesa ou italiana. Cada vez mais foi investido na produção da laranja e em 1932 essa foi conhecida como “A Era da Laranja” na região³⁷. O auge da produção em Campo Grande foi entre as décadas de 1930 e 1940. A produção de laranja tornou-se a base da economia da Baixada Fluminense³⁸. A exportação das frutas cítricas chegou a 1.452.298 caixas de laranja em 1934, crescendo a cada ano até chegar em seu auge no ano de 1939, com a produção de 5.631.943 caixas³⁹.

É importante problematizar o mito do fazendeiro trabalhador que construiu sua monocultura com muito trabalho. Essa figura combina melhor com o pequeno lavrador e posseiro, esses faziam algo próximo do que conhecemos como agricultura familiar, ou seja, plantavam em suas próprias terras, para subsistência e vendendo o excedente, utilizando a mão de obra familiar ou alguns contratados. O pequeno lavrador também participava das decisões acerca da exportação e conseguia produzir o bastante para exportar. Já os grandes fazendeiros, voltados à monocultura, quase sempre eram herdeiros de antigas fazendas escravistas que usavam a mão de obra escravizada em suas fazendas. Com a abolição passaram a contratar trabalhadores, quase sempre europeus que chegavam no Brasil.

³⁶ LOPES, op. cit.

³⁷ FRÓES; GELABERT, op. cit.

³⁸ LOPES, op. cit., p. 99.

³⁹ MIRANDA, Tasso de. LARANJA. In: *A Lavoura: boletim mensal da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira*. Ano XLVI. Rio de Janeiro, p.21-23, ago. Dez. 1942, p. 21.

Embora a especulação de terras sempre estivesse presente, essa enorme produção agrícola ajudou a frear qualquer tentativa de loteamento das terras, pois era mais lucrativo plantar laranjas e abastecer o mercado de exportação. Essa realidade ajudou a frear o crescimento de centro urbanos nesse período, dessa forma o núcleo urbano de Campo Grande foi, de certa forma, arrefecido em seu crescimento. No contexto econômico era necessário plantar e construir barracões de laranja, logo entendiam que era vantajoso lotear terrenos para construção de casas. O saneamento básico começou a ser oferecido na região e os posseiros continuaram a chegar em busca de terras para seu sustento⁴⁰. Nada indicava que a região passaria por um surto de crescimento urbano, embora não seja descartado a possibilidade de mudanças nos principais centros urbanos da região (como Campo Grande), mas não parecia vantajoso qualquer mudança na estrutura rural.

Esse quadro de prosperidade acabou mudando na década de 1940 quando a produção de laranja teve uma queda violenta. Em 1941 chegou a produzir apenas 2.857.741 caixas de laranja (quase metade da produção de 1939), demonstrando um decrescimento na exportação devido aos adventos da Segunda Guerra Mundial⁴¹. Com a queda da exportação houve o desânimo generalizado nos produtores e até o abandono dos pomares por volta de 1942. O preço da caixa da laranja que valia entre oito e quinze mil cruzeiros antes da guerra (podendo chegar a vinte e cinco mil cruzeiros), em 1941, com a criação da Junta Reguladora do Comércio de Laranjas, caiu para cinco mil cruzeiros e em 1942 para seis mil cruzeiros⁴². Alguns produtores insistiram em continuar plantar laranjas, mas tudo tornou-se caro, desde a produção que precisava usar agrotóxicos para combater a praga de fumagina que se alastrava nos pés de laranja apodrecidos ainda no pé e a crise do combustível, encarecendo ainda mais o transporte do produto, as circunstâncias eram extremamente desfavoráveis⁴³.

Em 1952 a crise chegou a seu pico, fazendo com que os agricultores fizessem reuniões periódicas para debater o futuro das lavouras na região

⁴⁰ PERNAMBUCO, Ruy José de Almeida; MELLO, Luiz Eduardo Cunha; PITANGA, Jane F. S.; ALBUQUERQUE, Joaquim José Sombra de; MEIRA, Paulo Figueiredo. Diagnóstico do desmatamento nos maciços da Tijuca, Pedra Branca e Gericinó - Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Geografia*. n.3, 1979, p.83.

⁴¹ MIRANDA, op. cit., p. 21.

⁴² Ibidem, p. 23.

⁴³ ABREU, “ref 31”; PASCHOAL, Adilson D. *Pragas, agrotóxicos e a crise ambiental: problemas e soluções*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular, 2019; FRÓES; GELABERT, “ref 3”.

e buscavam financiamento pelo Banco do Brasil⁴⁴. O uso de agrotóxicos ainda era constante e isso ajudou a encarecer ainda mais o produto, logo o escoamento da mercadoria ficaria inviável e a última solução para a contenção de prejuízos foi o loteamento das terras para a construção de moradias⁴⁵. Os fertilizantes químicos foram importados e faziam parte do plano de metas de Juscelino Kubitschek entre os anos de 1955 e 1965. Após 1965 a indústria de fertilizantes ganhou ainda mais importância e foi cada vez mais estimulada durante o período ditatorial⁴⁶. Na década de 1970 o Brasil era o terceiro maior mercado de agrotóxicos do mundo e o ministro Delfim Netto investiu, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, em subsídios para implementação da Revolução Verde⁴⁷.

A indústria de agrotóxicos, por sua vez, terá desenvolvimento similar ao da indústria de fertilizantes. Do pós-guerra até 1967, os princípios ativos dos venenos e alguns produtos formulados chegavam no Brasil a partir das importações. A produção nacional limitava-se a alguns produtos organoclorados, com o DDT e o BHC. Entre 1967 e 1974, o governo militar atuou na taxação de produtos importados, mantendo-os no patamar dos preços dos produtos nacionais. A partir do II PND e com forte apoio do crédito agrícola, houve um crescimento acelerado da indústria do agrotóxico no Brasil⁴⁸.

A praga da fumagina começou a aparecer por volta de 1940 e se espalhou pelas laranjas, fazendo com que os produtores comprassem os pesticidas. Alguns desses fazendeiros precisavam pegar empréstimo e logo começou o endividamento levando ao abandono das plantações. O agrotóxico acabou tornando-se obrigatório para quem quisesse manter a produção e em alguns casos o próprio produtor precisava aplicar o pesticida, correndo sérios riscos de saúde ao manipular o produto químico. Todas as partes da produção foram afetadas, desde quem produzia até o transportador e os barracões que faziam a separação das laranjas para exportação e recebia as laranjas dos

⁴⁴ WEYRAUCH, op. cit.

⁴⁵ OLIVEIRA, “ref 15”; PINTO, Maria das Dores dos Santos. *Entrevista*. Entrevista cedida ao autor no dia 4 dez. 2022.

⁴⁶ MARTINS, Adalberto Floriano Greco. *A questão agrária brasileira da Colônia ao governo Bolsonaro*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 190.

⁴⁷ MARTINS, op. cit.

⁴⁸ Ibidem, p. 195.

sítios⁴⁹. A exportação ainda continuou durante a guerra, porém em 1945, um navio carregado de produtos foi explodido, fazendo com que produtores e donos de barracões perdessem toda a produção, os riscos de exportação eram muito grandes⁵⁰.

O uso excessivo de agrotóxicos também afetou a vida animal na região, como por exemplo, os insetos conhecidos como joaninhas que acabaram morrendo. O crescimento urbano veio logo em seguida. Na reunião entre produtores da citricultura e fruticultura foi discutida a decadência das culturas agrícolas da região devido ao aumento do custo da laranja. Também constataram a crescente valorização das terras, o que tornou mais atrativo para o loteamento. Chegaram a debater sobre a necessidade de formação de novos laranjais, mas esbarravam no problema da falta de mão de obra e falta de financiamento, em suma, decidir pelo loteamento completo não foi uma tarefa fácil e nem unânime⁵¹.

Em 1949 veio um novo golpe contra os produtores, a libra esterlina que antes valia setenta e quatro cruzeiros por caixa de laranja, passou a render apenas cinquenta e um cruzeiros devido ao reajuste do produto no pós-guerra. O Brasil começou a perder competitividade contra outros países como a África do Sul e a Espanha que tomavam o mercado⁵². Finalmente era chegado o momento do loteamento das terras, a década de 1940 marcaria a transição definitiva da zona rural para a urbana; do Sertão Carioca para os subúrbios como o conhecemos.

A compra e venda de terras não seria um processo pacífico, mas cercado de grilagens de terra, expulsão de posseiros e algumas mortes. Em 1951 uma companhia imobiliária alegou ser dona das Terras de Pedra de Guaratiba e planejava loteá-las para venda, porém na região moravam posseiros que cultivavam laranja, banana e legumes que resistiram à usurpação das terras. Nessa ocasião os posseiros receberam apoio da Companhia de Citricultores e Criadores S. A. de Guaratiba e da Colônia de Pescadores Z-8, de Pedra de Guaratiba. Foi feita uma solicitação ao então presidente Getúlio Vargas por uma intervenção na região contra as empresas que desejavam fazer grilagem

⁴⁹ COSTA NETTO, Achilles Pinto da; COSTA, Teresa Leda Pinto da. *Entrevista*. Entrevista cedida ao autor no dia 12 de nov. 2021.

⁵⁰ Idem; MENEZES, Dilson de Alvarenga. Biografia do Dil. COPIARTE: Rio de Janeiro, 2004.

⁵¹ PROBLEMAS da Citricultura Nacional: mesa redonda promovida pela sociedade nacional de agricultura, em 10 de junho de 1952 (apanhado taquigráfico dos debates). *A Lavoura*. Rio de Janeiro, p.21-22, jul. ago. 1952.

⁵² Idem.

nas terras. Vargas acabou atendendo aos pedidos e se posicionou a favor dos lavradores. Receberam ajuda do Deputado Alcir Pimenta, muito ativo na região de Guaratiba, conseguindo retomar as terras apenas em 1959⁵³. Esse é um dos poucos casos de vitória na luta por terras no Sertão Carioca, geralmente a empresa imobiliária se dizia dona das terras, forjava (grilava) documentos e conseguia a expulsão dos posseiros da região, não raramente alguém era morto no processo, seja por capangas da empresa ou por policiais que serviam a esses grileiros.

No governo de Café Filho (1954-1955) houve o impulsionamento de capital estrangeiro na construção de vias com a concessão cedida para empresas estrangeiras que se instalaram no Brasil. Juscelino Kubitschek (1956-1961) deu continuidade ao processo de industrialização intensa o que contribuiu para a expansão do mercado capitalista. Pouco antes de perder o posto de Capital do país, o Rio de Janeiro também perdeu a posição de principal cidade que recebia esses investimentos, sendo estes direcionados para São Paulo. Como é possível notar a década de 1950 estava voltada para a industrialização e urbanização, logo os terrenos ganharam muito valor diante da especulação imobiliária, seria esse o surto de urbanização que tinha se iniciado ainda no governo de Vargas, durante a Segunda Guerra.

O aumento do valor do solo, a distância cada vez maior que separava os locais de emprego dos novos loteamentos, o congelamento dos alugueis (que diminuirá em muito a oferta de novas habitações), tudo isso resultou numa crise habitacional generalizada, que afetou principalmente a população pobre. Consequentemente, multiplicou-se a população favelada e proliferaram novamente as casas de cômodo⁵⁴.

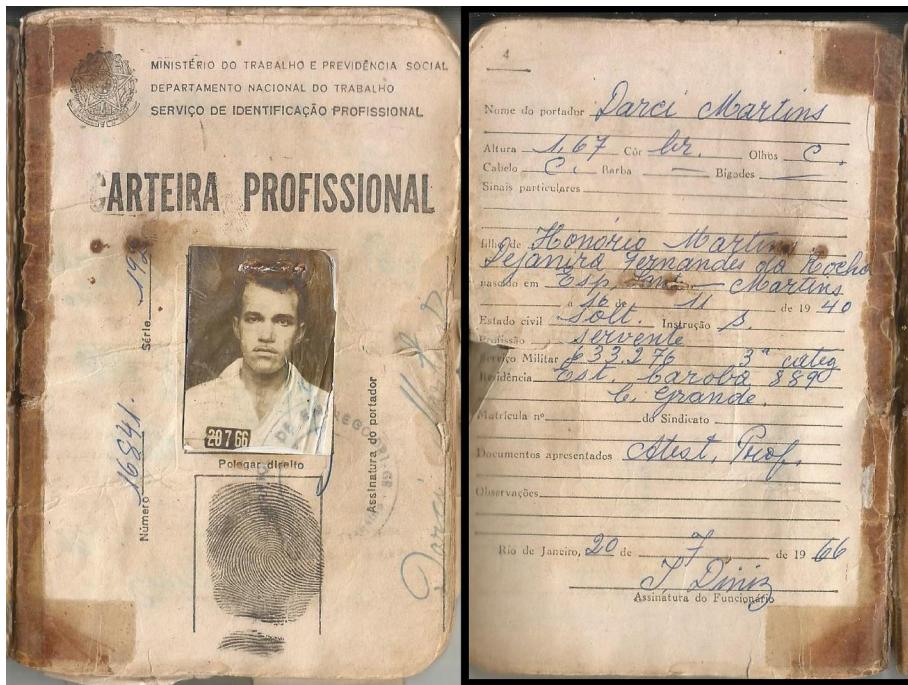
Mesmo diante desse surto de urbanização e o constante loteamento das terras, Campo Grande ainda manteve aspectos rurais em suas regiões periféricas, algumas poucas plantações e alguns sítios. Regiões como Mato Alto, Magarça, Mendaña e as encostas do Pico da Pedra Branca continuavam com suas atividades rurais e ainda eram palco de diversos conflitos de terra. Chegada a década de 1960, Campo Grande vai inflar devido ao êxodo rural de pessoas vindas dos confins de Minas Gerais, Espírito Santo ou do Nordeste,

⁵³ MELLO, Dunstana Farias de. *Pedra de Guaratiba: um lugar onde o futuro não aconteceu*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015. Orientador: Joaquim Justino Moura dos Santos, p. 49.

⁵⁴ ABREU, op.cit., p. 116.

alguns desses migrantes buscavam terras para plantar, outros iam morar no centro urbano em busca de trabalhos formais.

Carteira Profissional de Darci Martins, capixaba que veio tentar a vida no Rio de Janeiro - 1966



O capixaba Darci Martins, que na sua juventude trabalhou como lavrador nas roças do Espírito Santo havia chegado no Estado da Guanabara na década de 1960 em busca de melhores condições de vida e logo começou a trabalhar no setor de construções e indústria. Assim que chegou começou a procurar trabalho e foi fichado em diversas empresas que promoviam a construção de moradias e infraestrutura. Segundo consta em sua carteira de trabalho número 16.841, série 192 de 20 de julho de 1966 ele trabalhou como servente na CIA de estudos e execução de obras em 1965; ajudante na Chicago Bridge S.A⁵⁵ Engenharia e Construções em 1966; Servente na Eng. Representações e Comércio “Erco” em 1967; Montador na Prefa Estruturas Metálicas S.A (essa em Nova Iguaçu); Montador na FAMISA fabricação e

⁵⁵ Chicago Bridge & Iron foi uma empresa Norte Americana fundada em 1889 voltada ao ramo de construção civil e estruturas metálicas. - CHICAGO Bridge & Iron Works: Horace E. Horton. Chicago Illinois U.S.A. Class 628.2, book C432, 1912.

montagem e instalações industriais e Ajudante especializado na Construções e montagens habitacionais Monthab S. L. Darci Martins era meu pai e me contou que um dos primeiros trabalhos que teve foi na elevatória do Lameirão, onde muitos trabalhadores morreram soterrados, segundo ele, as mortes foram encobertas e os números falsedos. Segundo consta no site da Cedae, em 1966:

A Elevatória do Lameirão entra em operação como a maior estação subterrânea do mundo, com as estruturas hidráulicas a 64 metros abaixo do nível do terreno. No mesmo ano é criada a Companhia Estadual de Águas da Guanabara (Cedag). Reservatórios são remodelados, tubulações substituídas, e um cadastro de consumidores elaborado⁵⁶.

A infraestrutura começava a se desenvolver na região, com a clara intenção de urbanização, o governo já havia entendido que a antiga região rural, antes próspera com suas laranjas, não serviria mais a esse papel.

Nas décadas de 1960 e 1970 ainda havia poucos municípios industrializados no Rio de Janeiro, porém esse período foi fundamental para a desarticulação com o mundo rural, desacelerando a produção agrícola⁵⁷. No antigo Sertão Carioca, os posseiros e lavradores que deixaram suas terras ou foram expulsos dela pela grilagem acabaram integrando de uma forma ou de outra a malha urbana, sendo deslocados e obrigados a adaptar-se à dinâmica urbana que surgia na região. Alguns desses posseiros acabaram indo morar em favelas, como o Complexo da Urucânia, que em parte foi formado por alguns expulsos da região do Mato Alto. A então recente Zona Oeste passou a ser vista como um bairro dormitório que servia ao proletariado das fábricas que trabalhavam próximos ao centro da antiga capital do Brasil. Campo Grande passou a ser conhecida como subúrbio, constituída basicamente por seu grande centro urbano e pelos lotes proletários, com aspecto desordenado e habitado, especialmente, pelas camadas mais pobres ou de médio poder aquisitivo, também conhecidas como classe média⁵⁸.

Na década de 1970 é consolidado o Distrito Industrial de Campo Grande que ficava às margens da Avenida Brasil, marcando uma transição significativa para a região⁵⁹. A cada desenvolvimento Campo Grande tornava-se um importante centro urbano, fortalecendo ainda mais a sua centralidade. Para

⁵⁶ CEDAE. *A história*. Disponível em: <https://cedae.com.br/ahistoria>. Acessado em 10 set. 2024.

⁵⁷ ATLAS, op. cit., p. 35.

⁵⁸ LOPES, op. cit., p. 174.

⁵⁹ FRÓES; GELABERT, op. cit. , p.195-197; LOPES, op. cit., p. 69.

a população ainda ruralizada, as feiras de Campo Grande eram o principal polo comercial.

As mudanças e o crescente valor agregado à terra.

Os loteamentos já existiam desde o século XIX ocasionadas pela Lei de Terras de 1850 que tornava a terra um tipo de mercadoria. Entre 1870 e 1890 a população carioca dobrou e grandes áreas foram loteadas ao longo da linha férrea e áreas rurais. As negociações aconteciam sem intermediação do Estado ou da presença de concessionárias, o que facilitava a negociação, mas também criava brechas. Expandiu-se a malha urbana e o Sertão Carioca foi retalhado no processo. Já no século XX em 1937 Campo Grande era a segunda maior concentração de loteamentos, ficando atrás apenas de Irajá na zona norte. A tendência continuou e após a Segunda Guerra, por volta da década de 1960 a área loteada em Campo Grande mais que quadruplicou⁶⁰. Parte desse loteamento se deu por causa da crise da laranja.

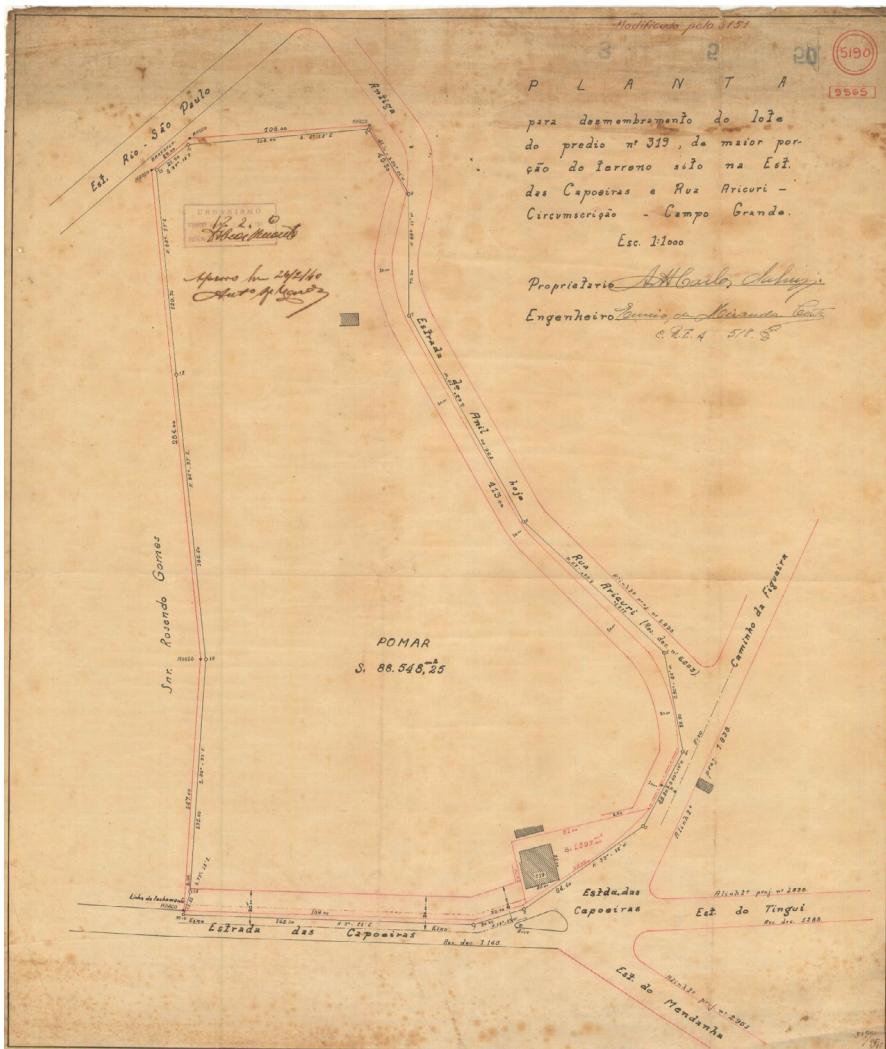
Em 1940 havia uma bica d'água perto da Estrada das Capoeiras onde as charretes paravam para dar água aos animais, era conhecido ponto de parada na região e acabou agregando um comércio local. A parada atraía viajantes que também poderiam parar para comprar alguma coisa. Nesse lugar havia o armário de José Diogo, que desempenhava o papel de ponto de encontro e fornecia diversos serviços e produtos, também eram importantes para estabelecer redes de informação⁶¹. O armário também poderia funcionar como sapataria, barbearia e outros serviços. Atrás do armário tinha um pomar, onde hoje situa-se o bairro proletário Jardim da Luz. No lugar do antigo armário hoje funciona a rede de fast food Habib's. A praça a frente onde havia o poço acabou perdendo sua função e acabou tornou-se um lugar pouco frequentado, entrecruzado pelo intenso tráfego de veículos e alguns ambulantes.

No Projeto de Parcelamento e Loteamento (PAL) nº 5.190 apresentado abaixo é possível ver um quadrado hachurado na parte de baixo, essa é a indicação de onde ficava o armário de José Diogo. É possível ver na bifurcação uma praça e a representação gráfica de um poço. Mais acima, o grande terreno com apenas uma pequena benfeitoria (o pequeno quadrado hachurado acima) vem escrito “pomar” demonstra a antiga fazenda antes do loteamento.

⁶⁰ FRIDMAN, op. cit., p. 237-239.

⁶¹ SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Agbook, 2018,

Planta para desmembramento do lote - 1940 (PAL 5.190) "Jardim da Luz"⁶²



O bairro proletário Jardim da Luz serve como exemplo de uma dessas regiões que antes era voltada para a produção agrícola e que possuía um ponto de encontro social com funções bem definidas a fim de atender as necessidades das pessoas de seu contexto social. Com os loteamentos o lugar perdeu todas suas características a partir do momento que aconteceu a desintegração

⁶² ARCGIS ONLINE. Instituto Municipal de urbanismo Pereira Passos. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pcrj.maps.arcgis.com/home/index.html>. Acessado em 10 dez. 20

agrícola. No governo de Carlos Lacerda (1960-1965) e Negrão de Lima (1965-1971) houve a implantação dos conjuntos habitacionais, zonas industriais e expansão da malha viária e rodoviária responsáveis por essas mudanças⁶³.

A terra agrega valor dependendo da forma como é utilizada e passa a servir como mercadoria. Porém a terra é uma mercadoria indissociável do espaço e de suas funções em relação ao seu redor. O valor do espaço como mercadoria é baseado na forma de sua ocupação, se ele é usado de forma rural, para plantar, por exemplo, terá um tipo de valor, se ele é uma moradia, terá outro valor que vai variar conforme a disponibilidade de serviços e infraestrutura. Para ser oferecido os lotes como mercadoria a ser vendida era necessário aprimorar o espaço, desenvolver os centros urbanos e criar mobilidade urbana, tecer condições adequadas para o uso do espaço físico, como o elevado do Lameirão que forneceria água para a região. Os meios de transporte e trens não serviriam mais ao escoamento do produto para exportação, deveriam ser adaptados para o transporte de pessoas. Como descrito anteriormente, Campo Grande sofre uma transição do rural para o urbano e essa transformação obrigou também os antigos moradores que viviam da terra a adaptarem seu modo de vida. Não era mais uma terra oferecida com as condições que eles buscavam, a terra modifica-se atendendo às demandas capitalistas e nesse contexto o povo mais pobre que via na terra sua única forma de subsistência foi o mais prejudicado. Necessário salientar que não era uma simples troca de terrenos, uma vez que o lote urbano supera o investimento dos lotes rurais devido a valorização do espaço levando ao encarecimento da mercadoria que nesse caso era a própria terra. O desejo por infraestrutura, estradas e saneamento básico era algo que traria dignidade à população local, porém, essa mesma infraestrutura também agregava valor à terra e expulsava aqueles que não podiam pagar por ela.

Essas regiões urbanizadas e centralizadoras passavam por uma realidade bastante distinta da capital. A região ainda era vista como ruralizada e faltavam muitas obras de infraestrutura. Mesmo diante dessa diferença, Campo Grande, Bangu e Santa Cruz foram três das maiores centralidades rurais da época até a década de 1960 quando acontece a transição para o urbano⁶⁴. Campo Grande, especialmente, destacou-se como um subcentro

⁶³ SANTOS, Um sertão... op. cit., p. 131.

⁶⁴ WEYRAUCH, Cléia Schiavo. Os italianos, a cidade e a expansão urbana no Rio de Janeiro. In: Travessias Brasil-Itália; FONTES, Maria Aparecida Rodrigues; AVELLA, Aniello Angelo (orgs). Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p. 54.

do Rio de Janeiro⁶⁵, sendo um importante local de feiras ao lado de regiões como Cascadura, Madureira, Marechal Hermes e Realengo que atendiam a zona rural, ou seja, o Sertão Carioca⁶⁶.

Ao desenvolver a centralidade de Campo Grande como principal centro urbano de uma parte do antigo Sertão Carioca atendendo as adjacências dos pequenos bairros que foram criados a partir da fragmentação da antiga freguesia, pode-se observar que lavradores, posseiros e novos moradores da região buscavam um lugar onde pudessem encontrar serviços e apoio⁶⁷. Campo Grande, Bangu, Santa Cruz e Madureira eram alguns dos principais centros urbanos do Sertão Carioca e atendiam a população rural que viam em suas feiras uma oportunidade de vender seus excedentes. Compreende-se dessa forma que o rural é territorial e necessita de contato com centros urbanos, criando assim uma interdependência entre rural e urbano.

A produção agrícola deixa de ser a principal atividade e a riqueza deixa de ser sobretudo imobiliária. A cidade torna-se o *locus* principal da produção, passando a influenciar diretamente o sentido e o ritmo da produção no campo bem como sua forma de organização do trabalho. Completa-se a vitória da cidade sobre o campo, retirando-se a última aparéncia de naturalidade no interior da divisão do trabalho e desencadeando-se uma ampla monetarização das relações de trabalho e a crescente alienação do trabalhador⁶⁸.

Diante da nova realidade urbana, observa-se uma disputa entre os setores econômicos e camadas sociais que buscam o direito ao uso do espaço. Nesse embate o Estado acaba atuando como moderador das relações conflituosas, o objetivo é equilibrar a disputa de poderes. Mas é comum vermos a atuação dos direitos particulares sobre o espaço público fazendo com que o Estado frequentemente se alie a uma das camadas a favorecendo em relação a outra. É possível observar que a estrutura social é moldada por uma estrutura

⁶⁵ LOPES, op. cit., p. 69.

⁶⁶ SANTOS, Um sertão... op. cit., p. 114.

⁶⁷ MONTE-MÓR, Roberto Luis. O que há de novo no urbano contemporâneo: oportunidades e ameaças. In: *Reflexões em desenvolvimento territorial: limites, vivências e políticas no Oeste Metropolitano no Rio de Janeiro*. 1.ed. Mórula, 2020. p.25-36.

⁶⁸ MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques. O conceito de espaço rural em questão. In: *Terra Livre*: Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ano 18, Vol. 2, Número 19, São Paulo. jul./dez 2002, p.105-106.

econômica que vai criar novas funções e demandas para os atores sociais, nas relações políticas e econômicas⁶⁹.

O espaço pode ser pensado de forma geográfica e econômica. Esses espaços serão definidos pelo ritmo de deslocamentos e pela escala de acontecimentos. O Sertão Carioca ainda pode ser subdividido em subespaços para melhor entender as formas geográficas e funções econômicas do espaço. A região de Campo Grande e suas adjacências sofrem as “rugosidades do espaço”, ou seja, a acumulação de estruturas de comportamento que vão levar a conflitos⁷⁰.

Chamemos rugosidade ao que fica no passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator⁷¹.

Diferentes interesses atravessam o uso do espaço, de um lado lavradores buscam viver da terra ou terem um lugar para morar e do outro empresários capitalistas estão interessados no lucro que o pedaço de terra pode lhes dar. O espaço é construído a partir dos interesses dos sujeitos envolvidos e de suas intenções⁷²

As formas pelas quais o meio ambiente construído é produzido podem redefinir as relações de propriedade da terra que são distintas segundo as classes de renda. A sociedade é segregada espacialmente, assim, há vários modos de produção no espaço. A moradia produzida não é um bem homogêneo. Neste sentido, o impacto exercido pela propriedade fundiária é distinto para cada mercado imobiliário. O preço da terra e da moradia será determinado pela correlação de forças políticas dos diversos agentes econômicos. Cabe verificar as estratégias de atuação de tais agentes⁷³.

⁶⁹ ABREU, op. cit., p. 15-16.

⁷⁰ SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 5. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013, p. 75.

⁷¹ SANTOS, O trabalho..., op. cit., p. 140.

⁷² RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993

⁷³ FRIDMAN, op. cit., p. 233.

O lugar pode ser compreendido como todo o espaço que possui objetos e pessoas que interagem entre si. O espaço urbano só pode ser considerado urbano quando a relação das pessoas com os objetos (esses urbanos) se concretiza. O espaço urbano se faz pelas práticas, existem tantas formas de espaço como existem experiências distintas determinadas por uma “fenomenologia do existir no mundo”⁷⁴. Logo é possível compreender o espaço rural a partir das práticas rurais com objetos que identificam esse espaço como rural.

Outro fator que é necessário levar em consideração é o relevo. O Rio de Janeiro é fragmentado por causa de seu relevo, cortado por maciços levando a uma individualidade dos bairros. O traçado urbano de Campo Grande segue os maciços litorâneos por onde correm os trilhos do trem do ramal Santa Cruz, criando-se um traçado alongado com uma conurbação que segue a estrada de ferro de leste a oeste. Campo Grande possui uma topografia regular o que permite um traçado estrelado, como uma explosão, fruto do crescimento do núcleo suburbano em várias direções⁷⁵.

A concepção de espaço rural ou urbano são descrições paisagísticas, logo precisamos compreender o espaço quanto a função das estruturas presentes. Também é necessário evitar o debate dualista que associa o espaço urbano como moderno e o espaço rural como atrasado, mas compreender que esses espaços coexistem⁷⁶.

A expropriação dos pequenos lavradores da zona rural não se dá sobre o excedente (não prioritariamente, a não ser por parte dos intermediários por meio dos preços) e sim sobre o controle do uso sobre o lote de terra agrícola. Tudo porque a expropriação desses agentes não visa implantar uma economia industrial ou “modernizar” a agricultura, mas tornar a região uma fronteira aberta à expansão imobiliária baseada na construção de moradias de tipo urbano⁷⁷.

Compreende-se que a fronteira descrita por Leonardo Soares dos Santos⁷⁸ (2018) é sempre uma fronteira aberta, flexível e transitória, ou seja, um lugar de interações que mistura elementos de espaço urbano e rural, hora

⁷⁴ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis RJ: Vozes, 1994.

⁷⁵ SOARES, Maria Therezinha de Segadas. A fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. In: REVISTA Brasileira de Geografia. Ano XXVII, Nº3, Julho - Setembro de 1965. p. 01-387.

⁷⁶ SANTOS, Um sertão... op. cit.

⁷⁷ Ibidem, p. 133.

⁷⁸ Ibidem.

mais urbano e em outros momentos é mais rural. Local de constantes mudanças e do encontro entre sujeitos, logo, também uma fronteira de disputas, trajetórias socioculturais⁷⁹. Campo Grande e suas adjacências são marcadas por constantes fronteiras abertas, o encontro entre o espaço urbano e rural, assim como a constante mudança da estrutura rural em urbana diante dos loteamentos, fazendo abrir assim novas fronteiras e expandindo a malha urbana. A relação entre esses espaços é dialética, pois são espaços em constante interação e com jogos de tensão. Nesse encontro de sujeitos o embate vai acontecer, camadas mais ricas e mais pobres vão se enfrentar com seus interesses conflitantes⁸⁰.

A malha urbana se expande e dissolve lentamente o campo, ainda sem definir claramente a fronteira, pois os elementos culturais se misturam. A cultura rural transforma-se, adapta-se ou é apropriada no espaço urbano, uma trilha vira uma estrada, o local para parada dos cavalos vira uma praça, as curvas da estrada batida viram as curvas da estrada de asfalto. Algumas vezes a mudança poderá ser brusca com o aparecimento de um monólito de concreto erguido no lugar dos antigos casebres, modificando completamente a paisagem. Os elementos tradicionais do mundo rural alinharam-se com os contornos da cidade e refletem a constante transformação e integração desses espaços um dentro do outro, uma metamorfose acontece, pequenos traçados ou acidentes naturais são conservados como elementos eternos na paisagem que atravessa o tempo.

Conclusão

Durante as décadas de 1940 e 1950 houve a expansão do mercado imobiliário que foi impulsionado devido ao colapso da citricultura e a constante valorização da terra. Dado o cenário, o loteamento das terras tornou-se mais lucrativo e promoveu-se uma vasta transformação das áreas rurais em bairros urbanos, como no caso do pomar e o armário de José Diogo, loteados e transformados no Jardim da Luz e na rede de *Fast Food*, respectivamente. Antigos espaços de interação social foram substituídos por novos empreendimentos comerciais e residenciais. A relação entre cidade e campo é uma relação dialética, como apontado por Lefebvre⁸¹ (2001). A partir dessa relação

⁷⁹ CARDOSO, Alan Dutra; MACHADO, Marina Monteiro. *Fronteira Aberta*. In: Novo dicionário da Terra. organização Alan Dutra Cardoso... [et al.] (org.). Editora Proprietas, 2023, p. 318.

⁸⁰ LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 74.

⁸¹ LEFEBVRE, op. cit.

os elementos rurais vão se dissolver aos poucos. Também devemos levar em consideração as “rugosidades do espaço” apontadas por Milton Santos⁸² (2013) para compreender a coexistência e os conflitos que se desencadeiam nessas fronteiras abertas⁸³. Os conflitos na região vão girar em torno da posse das terras e da noção de propriedade. A especulação imobiliária dirigida por camadas mais abastadas contra o esforço de lavradores e posseiros, que buscavam manter suas terras para a própria sobrevivência, tornara-se um palco mais comum durante os loteamentos de terra.

Campo Grande, assim como outras áreas urbanas importantes como Santa Cruz e Bangu, serviram como centralidades que atraiam a população rural de suas adjacências, pois esses necessitam dos serviços urbanos, essa é a inter-relação do rural e o urbano. Esses pólos urbanos absorvem as demandas e melhoram seus serviços de infraestrutura. A transformação de Campo Grande e as obras de grande proporção, como o elevado do Lameirão demonstram a preparação definitiva para a transformação do rural em urbano. O desenvolvimento dessa parte do Sertão Carioca demonstra essa complexa interação, a especulação imobiliária e a transformação social, hora planejada e hora utilizando-se de práticas ilícitas como a grilagem de terras. Em todos os casos essas fronteiras abertas são compostas por conflitos e tensões mais ou menos violentas.

Para finalizar, é válido comparar os três efeitos da estruturação urbana descritas por Abreu⁸⁴ (1997) em relação ao Rio de Janeiro e compará-las à realidade analisada do Sertão Carioca (Campo Grande e Guaratiba). No primeiro ponto, Abreu aponta a falta de infraestrutura básica que acabou levando a desigualdades. Como vimos, as obras de infraestrutura foram feitas, porém, seu desenvolvimento ao longo dos anos ou mesmo a sua manutenção sempre foi escassa e atrasada levando a região a comportar determinado tipo de camada social, mas agregando outras camadas mais pobres, em suma, Campo Grande foi o berço das chamadas classes médias. É impossível dizer que a região dispunha de ocupação para todos, pois por um curto período, logo após a Segunda Guerra e até os fins dos anos 1960, a região se desenvolveu e criou oportunidades para aqueles que viveriam dos trabalhos urbanos, ou seja, industriais, mas precarizou os trabalhadores rurais.

⁸² SANTOS, Um sertão... op. cit.

⁸³ CARDOSO; MACHADO, op. cit.

⁸⁴ ABREU, op. cit.

O segundo ponto foi que o desenvolvimento aconteceu apenas próximo à Capital, no centro do Estado da Guanabara e nos subcentros funcionais de primeira categoria. Campo Grande foi considerado um importante polo comercial e atraiu lavradores pois tratava-se de uma região de próspera produção agrícola (citrícola). A infraestrutura e a falta de mobilidade urbana são notadas pela falta de bondes que paravam de circular às nove horas da noite⁸⁵. O terceiro ponto de Abreu⁸⁶ (1997) era a evasão das indústrias do Estado da Guanabara que tentou remediar a situação comprando terrenos ao longo da rodovia Rio-São Paulo para a construção de polos industriais. Em Campo Grande a indústria chegou na década de 1970, após a primeira onda de loteamentos e junto das tomadas de terras que aconteciam e o surto de industrialização que buscava pôr fim ao cenário rural e deixar passar cada vez mais o capitalismo industrial.

Campo Grande é um polo agregador, um centro comercial com características de fronteira aberta e até hoje ainda passa por modificações estruturais mantendo elementos rurais. Terrenos especulados a mais de quarenta anos ainda hoje são loteados, exatamente como se fazia na década de 1960. Demonstra-se nessas práticas que a região é um lugar propício para as especulações de terra, empreendimento que avança por gerações e desrespeita a função social da terra.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997, p. 104.

ARCGIS ONLINE. Instituto Municipal de urbanismo Pereira Passos. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://pcrj.maps.arcgis.com/home/index.html>. Acessado em 10 dez. 20

ATLAS FUNDIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. *Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos SEAF*, Instituto de Terras e Cartografia. Rio de Janeiro, 1991, p. 51.

BAPTISTA, Silvia Regina Nunes. Sertão carioca: a construção social de um território agroecológico. In: OLIVEIRA, Rogério; FERNANDEZ, Annelise (org.). *Paisagens do sertão carioca: floresta e cidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2020.

⁸⁵ SANTOS, Um sertão... op. cit.

⁸⁶ ABREU, op. cit.

BARROS, Luitgarde. Sertão. In: *Novo dicionário da Terra*. organização Alan Dutra Cardoso... [et al.] (org.). Editora Proprietas, 2023. p.373-374.

CARDOSO, Alan Dutra; MACHADO, Marina Monteiro. *Fronteira Aberta*. In: *Novo dicionário da Terra*. organização Alan Dutra Cardoso... [et al.] (org.). Editora Proprietas, 2023, p. 318.

CEDAE. *A história*. Disponível em: <https://cedae.com.br/ahistoria>. Acessado em 10 set. 2024.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis RJ: Vozes, 1994.

CHICAGO Bridge & Iron Works: Horace E. Horton. Chicago Illinois U.S.A. Class 628.2, book C432, 1912.

CORRÊA, Armando Magalhães. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936.

CORRÊA, Magalhães. A margem do Sertão Carioca. Estradas e rodagem. *Correio da Manhã*. 18 dez. 1938. Edição 13.632.

DÓRIA, Renato de Souza. Memória e história da ocupação e dos conflitos de terra no Sertão Carioca. In: VENANCIO, Ana Teresa A.; POTENGY, Gisélia Franco (org). *O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira*. 1.ed. - Rio de Janeiro: Garamond, 2015. p.19-58

DUARTE, Haidine da Silva Barros. *A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais*. In: REVISTA Brasileira de Geografia. Ano 36, Nº1, Janeiro-março de 1974. p. 53- 98. p.88).

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond. 1999. p. 235.

FROÉS, José Nazareth de Souza; GELABERT, Odaléa Ranauro Enseñat. *Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos*. Rio de Janeiro: [s.n], 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brazil (Disctricto Federal): realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: IBGE, 1907.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 276

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 74.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ, UCAM, 1999.

LOPES, Nei. *Dicionário da hinterlândia carioca: antigos “subúrbios” e “zona rural”*. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MANSUR, André Luis. *Crônicas Históricas da Zona Oeste Carioca*. 1ª edição. Rio de Janeiro: edição do autor, 2021

MARQUES, Marta Inez Medeiros Marques. O conceito de espaço rural em questão. In: *Terra Livre*: Publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Ano 18, Vol. 2, Número 19, São Paulo. jul./dez 2002, p.105-106.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. *A questão agrária brasileira da Colônia ao governo Bolsonaro*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 190.

MELLO, Dunstana Farias de. *Pedra de Guaratiba*: um lugar onde o futuro não aconteceu. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015. Orientador: Joaquim Justino Moura dos Santos, p. 49.

MENEZES, Dilson de Alvarenga. *Na Assembleia Constituinte*. Volume I da série do Autor “Trabalhos Parlamentares”, Rio de Janeiro: COPIARTE, 1999.

MENEZES, Dilson de Alvarenga. Biografia do Dil. COPIARTE: Rio de Janeiro, 2004.

MOREIRA, Roberto José. *Terra, poder e território*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MONTE-MÓR, Roberto Luis. O que há de novo no urbano contemporâneo: oportunidades e ameaças. In: *Reflexões em desenvolvimento territorial: limites, vivências e políticas no Oeste Metropolitano no Rio de Janeiro*. 1.ed. Mórula, 2020. p.25-36.

MOTA, Maria Sarita; PEIXOTO, Fabio Costa. *O continuum rural-urbano: na formação da zona oeste do município do Rio de Janeiro*. IX Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. São Paulo. 2006, p. 8;

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. *Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano*. iluminuras, Porto Alegre, v.18, n.45, p.325-349, Ago/ dez, 2017.

PASCHOAL, Adilson D. *Pragas, agrotóxicos e a crise ambiental: problemas e soluções*. 1.ed. São Paulo. Expressão Popular

PERNAMBUCO, Ruy José de Almeida; MELLO, Luiz Eduardo Cunha; PITANGA, Jane F. S.; ALBUQUERQUE, Joaquim José Sombra de; MEIRA, Paulo Figueiredo. Diagnóstico

do desmatamento nos maciços da Tijuca, Pedra Branca e Gericinó - Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de Geografia*. n.3, 1979, p.83.

PESTANA, Marcos Marques. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados: 1957 -1973*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022, p. 44.

PINTO, Maria das Dores dos Santos. *Entrevista*. Entrevista cedida ao autor no dia 4 dez. 2022.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Editora Ática, 1993

SANTOS, Luiz Antônio de Castro. *Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República*: ensaio de sociologia histórica. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 249-294

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 273.

SANTOS, Milton. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. 5. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2013, p. 75.

SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Agbook, 2018,

SILVA, Hilda da. *Uma Zona Agrícola do Distrito Federal - O Mendenha*. In: REVISTA Brasileira de Geografia. Ano XX, Nº4, Outubro-Dezembro de 1958. p. 429-462.

SILVA, Paulo Vitor Braga da. *Fazenda Bangu: a joia do sertão carioca*. Benevenuto Rovere Neto. Rio de Janeiro, Rj: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos, 2020.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas. A fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. In: REVISTA Brasileira de Geografia. Ano XXVII, Nº3, Julho - Setembro de 1965. p. 01-387.

SOARES, Maria Therezinha Segadas. *Bairros, Bairros Suburbanos e Subcentros*. In: Espaço Aberto, PPGB - UFRJ, V. 1, N.1, 2011 p. 143-154

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. 5ª Edição. Primeiro Volume. São Paulo: José Olympio, 1952.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. Os italianos, a cidade e a expansão urbana no Rio de Janeiro. In: *Travessias Brasil-Itália*; FONTES, Maria Aparecida Rodrigues; AVELLA, Aniolo Angelo (orgs). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 54.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Deus abençoe esta bagunça!*: imigrantes italianos na cidade do Rio de Janeiro. Niterói, Rj: Comunitá, 2009, p. 154.

WEYRAUCH, Cléia Schiavo. *Diário de um kibutz*. Brasilia -DF: Abaré Editorial, 2019.

Documentos

COSTA NETTO, Achilles Pinto da; COSTA, Teresa Leda Pinto da. *Entrevista*. Entrevista cedida ao autor no dia 12 de nov. 2021.

MIRANDA, Tasso de. LARANJA. In: *A Lavoura*: boletim mensal da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira. Ano XLVI. Rio de Janeiro, p.21-23, ago. Dez. 1942, p. 21.

PROBLEMAS da Citricultura Nacional: mesa redonda promovida pela sociedade nacional de agricultura, em 10 de junho de 1952 (apanhado taquigráfico dos debates). *A Lavoura*. Rio de Janeiro, p.21-22, jul. ago. 1952.

SUBÚRBIOS. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 4 jan. 1890. Edição 1915, p.2.

VELLOSO, Antônio Leão. Sertão Carioca. *Correio da Manhã*. 9 dez. 1936. Edição 12908.

Artigo recebido para publicação em 24/09/2024 e aprovado em 09/06/2025.